

Competição entre governistas e ressurgimento da oposição em Santa Catarina no contexto da Primeira República: uma análise a partir das eleições para a Câmara dos Deputados (1890-1930)

Competition between government supporters and the resurgence of the opposition in Santa Catarina in the context of First Republic: an analysis based on the elections for the Chamber of Deputies (1890-1930)

Sandro Aramis Richter Gomes

 ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6790-4958>

Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED)

Resumo: Neste artigo desenvolveu-se uma análise dos resultados das eleições para a Câmara dos Deputados ocorridas no estado de Santa Catarina entre os anos de 1890 e 1930. O objetivo deste estudo consistiu em produzir conhecimento sobre as características e mudanças da competição partidária naquele estado durante a Primeira República. Em um sentido amplo, buscou-se subsidiar a comparação entre os estados brasileiros, na referida época, quanto às formas de polarização entre situação e oposição. Nesse âmbito, foram sustentados três argumentos. Primeiro, demonstrou-se que, do começo dos 1900 aos meados dos anos 1920, não existiram partidos de oposição em Santa Catarina. Segundo, foi destacado que em tal contexto as eleições para deputado federal eram disputadas entre os governistas incluídos nas chapas oficiais e os situacionistas que concorriam fora das chapas. Terceiro, ressaltou-se que a reorganização da oposição catarinense ocorreu no curso dos anos 1920, época em que, em diferentes regiões do Brasil, surgiram iniciativas para contrabalançar o predomínio dos partidos governistas.

Palavras-chave: Competição eleitoral. Estado de Santa Catarina. Primeira República brasileira.

Abstract: This article analyzed the results of the elections for the Chamber of Deputies that took place in the state of Santa Catarina between the years 1890 and 1930. The objective of this study was to produce knowledge about the characteristics and changes in party competition in that state during the First Republic. In a broad sense, we sought to support the comparison between Brazilian states, at that time, regarding the forms of polarization between situation and opposition. In this context, three arguments were supported. First, from the early 1900s to the mid-1920s, there were no opposition parties in Santa Catarina. Secondly, in such a context the elections for federal deputy were disputed between the government supporters included on the official slates and the situationists who ran outside the slates. Third, the reorganization of the Santa Catarina opposition occurred during the 1920s, a time when, in different regions of Brazil, there were initiatives to counterbalance the predominance of government parties.

Keywords: Electoral competition. First Brazilian Republic. State of Santa Catarina.

Introdução



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Neste artigo realiza-se um estudo dos resultados das eleições para deputado federal acontecidas no estado de Santa Catarina no período que abrange os anos de 1890 a 1930. A finalidade deste trabalho reside em avançar no entendimento das formas de competição eleitoral nos estados brasileiros durante a Primeira República. Por conseguinte, um intuito primordial desta abordagem consiste em fomentar a comparação entre os estados no que tange à natureza da competição entre os partidos de situação e de oposição no citado recorte temporal.

Há três argumentos fundamentados neste trabalho. Primeiro, cabe destacar que o campo oposicionista em Santa Catarina se desorganizou no início dos anos 1900. Essa desorganização foi acompanhada pela inserção dos antigos chefes da oposição nos quadros do partido governista. Nesse estado, a inatividade da oposição perdurou até os meados da década de 1920. Segundo, trata-se de reconhecer que, em virtude da ausência de um grupo oposicionista, as eleições à Câmara dos Deputados contaram apenas com a participação dos candidatos oficiais e de governistas que se apresentavam de maneira avulsa. Terceiro, demonstra-se que os primeiros movimentos para a reorganização do grupo oposicionista em Santa Catarina datam do início dos anos 1920. Tais movimentos resultaram, no final dessa década, no surgimento de um novo partido de oposição. Em tal época, nesse estado, restabeleceu-se efetiva polarização entre situação e oposição nas eleições parlamentares.

Os estudos políticos alusivos à Primeira República têm dedicado atenção ao tema da competição eleitoral. Uma vertente de análise sobre esse período ressalta a existência de grupos oposicionistas que se organizaram para enfrentar os partidos majoritários em disputas para cargos como o de deputado federal (ZULINI, 2016). Esses estudos mostram que, em estados como Minas Gerais e Rio Grande do Sul, havia agremiações minoritárias capazes que formar uma base eleitoral e, ocasionalmente, assegurar uma presença nas esferas do Poder Legislativo (FIGUEIREDO, 2016; RIBEIRO, 2017). Em síntese, há evidências de que, em distintas regiões do país, as oposições não permaneceram inativas nas quatro primeiras décadas republicanas.

Por outro lado, convém destacar que existiram estados nos quais era incomum a participação contínua de partidos de oposição nos pleitos eleitorais. Mais precisamente, é preciso salientar que estados como São Paulo, durante a Primeira República, não tiveram sua dinâmica eleitoral distinguida pelo confronto ininterrupto entre as forças da situação e da oposição (LÉVI-MOREIRA, 1991).

Santa Catarina, por seu turno, é um estado que, na mencionada época, foi caracterizado por longos anos de presença exclusiva de situacionistas nas eleições para os cargos dos poderes Executivo e Legislativo. Entretanto, permanece pouco desenvolvida a compreensão respeitante aos fatores do desaparecimento de grupos de oposição, da consolidação do domínio absoluto dos governistas nas eleições e da reorganização do campo oposicionista naquele estado. A esse respeito, compete mencionar que a historiografia atinente à vida política regional se voltou a identificar os personagens centrais do quadro partidário da Primeira República, os motivos dos desacordos havidos entre eles e as características das carreiras que desenvolveram nas instituições legislativas e administrativas (LENZI, 1983; MEIRINHO, 1997; MORAES, 2012; NECKEL, 2003; PIAZZA, 1985).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

O avanço no entendimento do jogo político catarinense requer a atenção ao desempenho dos candidatos da situação e da oposição nas eleições, ao processo de integração de oposicionistas ao partido oficial e às razões da retomada da ação eleitoral oposicionista. A execução dessa abordagem permite identificar a natureza dos percalços ao desenvolvimento da atividade eleitoral de oposicionistas e as oscilações do desempenho das agremiações estaduais. Em última instância, essa análise favorece o conhecimento de um cenário político no qual o grupo governista tinha grande capacidade de cooptar adversários e de instituir um jogo eleitoral em que a disputa por cargos como o de deputado federal era travada entre os membros de apenas um partido. Para a realização deste trabalho, são analisados os resultados das disputas para a Câmara dos Deputados, bem como são arroladas informações provenientes de órgãos da imprensa regional acerca das campanhas eleitorais e da vida interna das agremiações que existiram em Santa Catarina naquele período.¹

Os *Anais da Câmara dos Deputados* e os jornais editados em tal estado durante a Primeira República são as fontes primordiais deste trabalho. Os resultados eleitorais publicados nesses *Anais* eram os oficializados pela Comissão de Verificação de Poderes da Câmara após a análise das atas das juntas apuradoras e das eventuais contestações oferecidas por candidatos derrotados. Buscou-se, assim, empregar dados oficiais, de modo a reduzir a dependência em relação aos resultados parciais e por vezes incongruentes publicados nos órgãos da imprensa estadual.

De outra parte, a consulta aos jornais foi efetuada levando-se em consideração que, em sua maioria, eles possuíam uma filiação política. Esses periódicos não eram apenas noticiosos. Ao contrário, eles se voltaram à defesa das ambições eleitorais dos personagens que lideravam os grupos em que a política catarinense estava dividida. Dessa forma, a análise das notícias e dos editoriais veiculados nesses jornais permite compreender a origem e os desdobramentos dos antagonismos entre situação e oposição, bem como entre os próprios situacionistas. Essa compreensão é viabilizada pelas informações a respeito das celeumas no núcleo dirigente dos partidos políticos, do conteúdo das críticas às pretensões eleitorais de candidatos dissidentes e das formas de acomodação de interesses das frações de uma agremiação. Em síntese, a longa ausência de partidos de oposição em Santa Catarina não implicou a formação de um cenário político desprovido de rivalidades. Os órgãos de imprensa são, pois, fontes capitais para a investigação da gênese e do prolongamento dessas cizânias.

A dinâmica política de Santa Catarina na década de 1890: políticos emergentes e alianças entre veteranos

O estudo das disputas para o cargo de deputado federal em Santa Catarina, no contexto da primeira década republicana, exige a formulação de um panorama alusivo ao quadro político estadual. Para tanto, cumpre fundamentar duas constatações.

Primeiro, trata-se de observar que, no começo dos anos 1890, havia efetiva competição partidária nesse estado. No campo governista, encontrava-se o Partido Republicano (PR), o qual, em 1898, adotou sua denominação definitiva, Partido Republicano Catarinense (PRC) (REPÚBLICA, 23 mar. 1898, p. 1). Essa agremiação tinha uma

¹ Os anais parlamentares e jornais utilizados neste artigo estão disponíveis para consulta no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional: <memoria.bn.gov.br>



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

composição social essencialmente urbana, da qual faziam parte comerciantes, militares e profissionais liberais (MEIRINHO, 1979). O quadro de dirigentes do partido era formado tanto indivíduos que não desenvolveram uma carreira política no tempo do Império, a exemplo de Felipe Schmidt (1860-1930) e Lauro Severiano Muller (1863-1926), como por antigos monarquistas, notadamente Hercílio Pedro da Luz (1860-1924), oriundo do Partido Conservador.²

O PRC foi a agremiação por meio da qual novos personagens despontaram na cena política de Santa Catarina. No início do período republicano, esses correligionários eram jovens que se acomodaram rapidamente em posições de destaque no quadro partidário e na administração pública estadual.³ Felipe Schmidt e Lauro Muller, por exemplo, permaneceram como nomes centrais do situacionismo entre as décadas de 1890 e 1920. Em síntese, os anos 1890 foram a época da consolidação de uma oligarquia que exerceu um domínio estável sobre a vida política regional no decorrer da Primeira República (MEIRINHO, 1997; PIAZZA, 1985).

Cumprе ressaltar que, entre os anos de 1896 e 1898, os governistas de Santa Catarina estiveram vinculados ao Partido Republicano Federal (REPÚBLICA, 8 fev. 1898, p. 1). Essa agremiação era um partido nacional cuja existência se estendeu pelos anos de 1893 a 1898. Dentre os seus filiados, estava o então presidente da República Prudente de Moraes (WITTER, 1999). Essas informações denotam a solidez do vínculo dos situacionistas de Santa Catarina com o grupo político que controlou o Governo Federal nos primeiros anos da República.

De outro lado, na oposição, estava a União Nacional (UN). Constituída após a queda do Império, a UN alterou sua denominação para União Federalista (UF) em 1891. Em 1892, a agremiação assumiu um novo nome, Partido Republicano Federalista (PRF) (O ESTADO, 25 nov. 1892, p. 1). Idealizada por egressos do Partido Liberal, a UN foi comandada pelo farmacêutico Eliseu Guilherme da Silva (1843-1928). Durante o Segundo Reinado, esse chefe político exerceu cinco mandatos de deputado provincial, bem como dirigiu localmente o Partido Liberal (REPÚBLICA, 22 nov. 1889, p. 2).

O surgimento da UN permitiu que antigos correligionários continuassem politicamente ativos e unidos. A fundação desse partido propiciou a continuidade da ação eleitoral de indivíduos que haviam desempenhado mandatos eletivos na extinta província de Santa Catarina. A esse respeito, convém mencionar que, em 1890, na disputa pelas três vagas de senador, o partido oposicionista lançou candidatos que possuíam longa participação em disputas eleitorais. Dentre os postulantes da chapa federalista, estavam o ex-deputado geral João Silveira de Souza (1824-1906) e o ex-deputado provincial Manuel José de Oliveira (1827-1891). (A REPÚBLICA, 16 out. 1890, p. 1). Conforme demonstrado ao longo deste artigo, a aliança entre esses veteranos não foi acompanhada pela manutenção das bases eleitorais que lhes asseguraram uma presença frequente em esferas do Poder Legislativo no contexto do Segundo Reinado.

O campo oposicionista não foi apenas um refúgio para ex-integrantes do Partido Liberal permanecerem atuantes na política catarinense. Ele também contou com a presença

² Em 1888, Hercílio Luz pertenceu a uma ala dissidente do Partido Conservador catarinense. Nessa ocasião, ele não conseguiu se eleger deputado provincial pela chapa dos dissidentes (A REGENERAÇÃO, 12 abr. 1888, p. 1).

³ Lauro Muller assumiu o cargo de governador de Santa Catarina em 1889, aos 26 anos de idade, por meio de nomeação do Governo Provisório de Deodoro da Fonseca (A REPÚBLICA, 18 dez. 1889, p. 1).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](#)

de novatos nas lides partidárias e egressos do Partido Conservador. Manuel José de Oliveira, por exemplo, foi um dos dirigentes locais dessa agremiação, pela qual desempenhou doze mandatos de deputado provincial entre 1850 e 1887.⁴

Cabe mencionar que, entre os novatos do grupo oposicionista, havia membros da comunidade alemã que se formara em Santa Catarina durante o regime monárquico. A conquista de adesões em tal comunidade é um indicador de que os líderes da oposição preservaram apoios políticos que haviam obtido na época em que pertenceram ao Partido Liberal.⁵ Dentre os componentes da comunidade alemã que ingressaram no campo oposicionista estava Fausto Augusto Werner (1863-1827). Proprietário de um colégio em Desterro, capital do estado, Werner fez parte do núcleo dirigente do PRF nos primórdios da história dessa agremiação (O ESTADO, 20 nov. 1892, p. 1).

Trata-se, por consequência, de sustentar a segunda constatação acerca do jogo eleitoral catarinense no começo dos anos 1890. A Revolução Federalista (1893-1895) teve efeitos negativos sobre a atividade eleitoral da oposição.⁶ De fato, os federalistas, sob a liderança de Eliseu Guilherme da Silva, exerceram o controle do Governo estadual de junho de 1893 a abril 1894 (REPÚBLICA, 16 maio 1894, p. 1). Porém, a derrota dos revoltosos nesse conflito provocou a interrupção momentânea do envolvimento do partido oposicionista em eleições.⁷

A retomada da atividade política da oposição ocorreu em 1896. Nos anos finais da década, em tal estado, os adeptos do ideário federalista estavam reunidos na legenda do Partido Republicano (PR). Nesse contexto, a imprensa federalista de Santa Catarina permaneceu ativa (O ESTADO, 15 nov. 1896, p. 1). Essa capacidade de retomada de atividades políticas não foi exclusiva dos federalistas catarinenses. No Paraná e no Rio Grande do Sul, em fins dos anos 1890, os entusiastas desse ideário também estavam eleitoralmente ativos. Nesse período, os federalistas, nos três estados sulinos, continuaram envolvidos no jogo eleitoral, assim como mantiveram jornais em circulação. Verifica-se, pois, que a derrota na guerra civil não pôs fim à carreira política dos insurgentes (ROUSTON JUNIOR, 2016; SÊGA, 2005).

Nesse período, em Santa Catarina, formou-se um cenário eleitoral caracterizado pela competição entre dois partidos. Não se verificou nesse estado a ação política de grupos que se apresentassem como alternativas às agremiações constituídas por egressos dos partidos

⁴ Concernente aos personagens centrais da política catarinense durante o Segundo Reinado, ver Cabral (2004).

⁵ Desde o Segundo Reinado, os federalistas contavam com a adesão de membros da comunidade alemã. Tal apoio resultou no ingresso de membros dessa comunidade no jogo eleitoral. No início dos anos 1880, por exemplo, o empresário André Wendhausen (1850-1928), filho de imigrantes alemães, exerceu mandato de deputado à Assembleia catarinense filiado ao Partido Liberal (A REGENERAÇÃO, 5 fev. 1880, p. 1).

⁶ A Revolução Federalista foi uma guerra civil desencadeada no Rio Grande do Sul por adversários do governador Júlio de Castilhos. Os combates ocorridos durante essa guerra se estenderam por Santa Catarina e Paraná, estados nos quais os revoltosos ganharam o apoio dos partidários da causa federalista. A derrota dos insurgentes, que eram liderados por Gumerindo Saraiva, derivou da intervenção do Exército na época em que o marechal Floriano Peixoto era o presidente da República. Em Santa Catarina, os oposicionistas apoiaram os revoltosos. Os governistas, por outro lado, se posicionaram como *legalistas*, isto é, defenderam o enfrentamento aos federalistas (VERNALHA, 1984).

⁷ Cabe salientar que, em boa medida, tal interrupção derivou dos reveses vivenciados pelos insurgentes durante a Revolução Federalista. A esse respeito, cumpre atentar às consequências do *Massacre de Anhatomirim*. Ocorrido na capital catarinense, esse episódio resultou na morte de centenas de revoltosos, bem como desmobilizou politicamente os defensores da causa federalista em Santa Catarina. Consoante a afirmação de Laurene Veras, “Em maio de 1894, após meses de perseguição, execuções, tortura e todos os conhecidos meios de repressão e coação praticados pelo Estado, ocorreu o que ficou conhecido – ou desconhecido, dependendo da interpretação – como o ‘Massacre de Anhatomirim’, quando cerca de 200 homens teriam sido executados na ilha presidio num movimento revanchista e arbitrário de extermínio e profilaxia política.” (VERAS, 2011, p. 2).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

monárquicos. Não ocorreu, por exemplo, a mobilização eleitoral de operários. A formação de partidos operários no começo dos anos 1890 foi um aspecto peculiar a estados como Bahia e Paraná. De fato, essas novas agremiações não contrabalançaram a força eleitoral dos partidos formados por políticos veteranos. Contudo, o fato de terem sido organizadas por líderes operários denota a pluralidade de grupos sociais que, em diferentes regiões do Brasil, participaram das disputas eleitorais realizadas nos primórdios do regime republicano (CASTELLUCCI, 2008; GOULART, 2008).⁸

De sua parte, o jogo político de Santa Catarina foi marcado pelo enfrentamento entre políticos enraizados em setores das elites sociais, assim como pela longa ausência de competição entre agremiações. Havia poucos grupos políticos e sociais integrados ao quadro partidário regional. Dessa forma, Santa Catarina não pertenceu ao rol dos estados nos quais, no curso da Primeira República, houve maior pluralidade quanto à composição social dos seus quadros partidários. Trata-se de demonstrar que a vida política catarinense em tal período foi marcada ora pelo confronto entre um partido situacionista e um partido de oposição, ora pelo enfrentamento entre postulantes integrados à ordem governista.

Convém observar que a política catarinense do início da década de 1890 foi distinguida pela emergência de novos personagens, que em boa medida eram provenientes do meio militar. Eles foram os responsáveis por organizar o grupo situacionista nos anos seguintes a 1889. Apesar de esse grupo ser politicamente dominante, a oposição não se eximiu de disputar eleições. Nesse contexto, existiu um jogo eleitoral caracterizado pelo embate entre situação e oposição. Por meio do estudo dos resultados de eleições para deputado federal, compete reconhecer as flutuações da força eleitoral dos partidos rivais em Santa Catarina.

As eleições para a Câmara dos Deputados em Santa Catarina na década de 1890: o desempenho dos candidatos da situação e da oposição

Durante a Primeira República, Santa Catarina tinha apenas um distrito eleitoral e quatro vagas na Câmara dos Deputados. Nos anos 1890, foram realizados no estado quatro pleitos para o preenchimento dessas vagas. A primeira eleição do período republicano data de uma época na qual o eleitorado dos estados era muito pequeno em relação ao total de sua população. No Brasil, em virtude de fatores como a proibição do voto dos analfabetos, a existência de um eleitorado exclusivamente masculino e as formalidades processuais que dificultavam o aumento do contingente de eleitores alistados, era exíguo o contingente de votantes. Tal situação pouco se modificou entre as décadas de 1890 e 1920. De fato, nessa época houve períodos de expansão do eleitorado. No entanto, as reformas eleitorais instituídas em 1904 e 1916 limitaram essa expansão. Nesse cenário, a vida política dos estados era marcada por eleições nas quais as diversas restrições ao direito de voto criavam obstáculos à ampla participação popular (SOUZA, 2020).

Em Santa Catarina, desde a primeira década republicana, esse conjunto de fatores fez com que fosse diminuto o número de participantes das eleições locais e nacionais.

⁸ Em 1890, nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, lideranças operárias de estados como Bahia e Paraná se organizaram para lançar candidaturas. Em ambos os estados, um problema inerente à ação política do operariado residiu na falta de unidade no momento da formação das chapas. Em geral, os postulantes filiados a esses partidos eram pouco competitivos. Dessa forma, o surgimento de partidos minoritários não foi acompanhado por maior equilíbrio quanto à competitividade eleitoral das agremiações estaduais. (CASTELLUCCI, 2008; GOULART, 2008).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Nesse estado, não era incomum que os pleitos eleitorais fossem distinguidos pelo baixo comparecimento dos votantes. Houve, assim, momentos de grande desmobilização do eleitorado.⁹ Ao longo da Primeira República, no referido estado, esse cenário não se modificou. Em última instância, as eleições em Santa Catarina envolviam um pequeno eleitorado, o qual tinha como opções de voto um restrito conjunto de candidatos. Essa restrição, por sua vez, decorria de motivos como a baixa renovação do quadro de líderes políticos e a inexistência de agremiações oposicionistas que participassem de forma ininterrupta do jogo eleitoral.¹⁰

Para o conhecimento do desnível quanto à competitividade do PRC e da UN em um cenário de restrita participação popular nas eleições catarinenses, convém dedicar atenção aos dados da Tabela 1.

Tabela 1 – Resultados das eleições para deputado federal por Santa Catarina (1890-1899)

1890											
Total de candidatos da chapa do PR	Total de votos da chapa do PR	Percentual de votos da chapa do PR	Total de eleitos na chapa do PR	Total de Candidatos governistas fora da chapa oficial	Total de votos de governistas não incluídos na chapa oficial	Percentual de votos dos governistas fora da chapa oficial	Total de eleitos fora da chapa oficial	Total de candidatos da chapa da UN	Total de votos da chapa da UN	Percentual de votos da chapa da UN	Total de eleitos pela UN
4	36.724	98	4	0	0	0		4	822	2	0
1894											
Total de candidatos da chapa do PR	Total de votos da chapa do PR	Percentual de votos da chapa do PR	Total de Eleitos na chapa do PR	Total de candidatos governistas fora chapa oficial	Total de votos de governistas não incluídos na chapa oficial	Percentual de votos dos governistas fora da chapa oficial	Total de eleitos fora da chapa oficial	Total de candidatos do PRF	Total de votos da chapa do PRF	Percentual de votos da chapa do PRF	Total de eleitos na chapa do PRF
3	10.845	68,8	2	2	4.911	31,2	1	0	0	0	0
1896											
Total de candidatos da chapa do PR	Total de votos da chapa do PR	Percentual de votos da chapa do PR	Total de Eleitos na chapa do PR	Total de candidatos governistas fora chapa oficial	Total de votos de governistas não incluídos na	Percentual de votos dos governistas fora da chapa oficial	Total de eleitos fora da chapa oficial	Total de candidatos do PR	Total de votos da chapa do PR	Percentual de votos da chapa do PR	Total de eleitos na chapa do PR

⁹ Cabe ressaltar que, em 1898, o eleitorado catarinense era composto por aproximadamente de 20 mil indivíduos. (A REPÚBLICA, 16 mar. 1898, p. 1). Esse total de eleitores correspondia a pouco mais de 7% do total de habitantes do estado. Em 1890, esse total era de 269.763 habitantes (BRASIL, 1890). No referido ano, no contexto da eleição presidencial, houve o registro de apenas 3.600 sufrágios em Santa Catarina, dos quais 2.874 foram destinados a Manuel Ferraz de Campos Sales, o candidato eleito (A REPÚBLICA, 5 mar. 1898, p. 1-2). Nota-se que, em um limitado conjunto de eleitores, eram poucos os que compareciam à votação. Essas informações evidenciam que, em Santa Catarina, não era incomum que um pleito ocorresse em um cenário de ampla desmobilização do eleitorado.

¹⁰ Nesse âmbito, atente-se ao caso das eleições presidenciais de 1922 em Santa Catarina. Nessa ocasião, conforme o censo de 1920, o estado possuía 668.743 habitantes (BRASIL, 1920). Nesse pleito, contudo, houve o registro de 16.161 votos, os quais representavam apenas 2,4% da população do estado (REPÚBLICA, 1 abr. 1922, p. 3).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

					chapa oficial		al				
3	20.712	79,2	3	1	3.352	12,8	1	3	2.103	8	0
1899											
Total de candidatos da chapa do PRC	Total de votos da chapa do PRC	Percentual de votos da chapa do PRC	Total de eleitos na chapa do PRC	Total de Candidatos governistas fora da chapa oficial	Total de votos de governistas não incluídos na chapa oficial	Percentual de votos dos governistas fora da chapa oficial	Total de eleitos fora da chapa oficial	Total de candidatos do PR	Total de votos da chapa do PR	Percentual de votos da chapa do PR	Total de eleitos na chapa do PR
3	18.294	53,9	3	1	5.259	15,6	1	3	10.385	30,5	0

Fontes: *Anais da Câmara dos Deputados* (1894; 1899); *República* (1890; 1896).

As informações da Tabela 1 propiciam a fundamentação de três constatações sobre o pleito de 1890, no qual foram escolhidos os deputados à Assembleia Nacional Constituinte. Primeiro, nota-se que o partido governista conseguiu eleger todos os seus candidatos. Esses postulantes, em sua maioria, ainda não haviam exercido mandatos eletivos. À exceção de José Cândido de Lacerda Coutinho (1841-1900), que fora deputado provincial pelo Partido Conservador nos anos 1870, os demais candidatos governistas (Carlos Augusto de Campos, Felipe Schmidt e Lauro Muller) jamais haviam disputado uma eleição. Esses postulantes eram militares que se iniciaram na vida política após a queda do Império. Em comparação aos oposicionistas, os governistas constituíram uma chapa mais homogênea no que concerne ao perfil político e profissional dos postulantes. Em última instância, constata-se que em Santa Catarina, no começo dos anos 1890, o pertencimento à ordem situacionista favoreceu a vitória eleitoral de candidatos estreantes (REPÚBLICA, 18 out. 1890, p. 2).

Convém destacar que, em tal ocasião, o PR também obteve as três vagas senador. Os eleitos pela agremiação (Antônio Esteves Júnior, Luiz Delfino e Raulino Horn) eram novatos na política. Essas informações permitem destacar que Santa Catarina não pertenceu ao conjunto dos estados nos quais uma camada expressiva de antigos monarquistas conseguiu, no pleito de 1890, retornar às esferas nacionais do Poder Legislativo. Esse retorno foi peculiar às trajetórias de políticos provenientes de estados como Bahia, Paraná e São Paulo (VISCARDI, 2017). O grupo situacionista catarinense, por outro lado, optou por avalizar candidaturas de indivíduos que participavam pela primeira vez de uma disputa eleitoral.

Trata-se, por conseguinte, de fundamentar a segunda constatação desta seção. Contrariamente ao PR, a UN apresentou uma chapa na qual havia maior presença de veteranos da política estadual. Porém, o resultado da eleição demonstrou que, em Santa Catarina, no início da Primeira República, ocorreu a desmontagem da base de apoio eleitoral de indivíduos que haviam exercido mandatos legislativos na segunda metade do século XIX. Esses veteranos começaram a experimentar derrotas eleitorais a partir dos anos 1890. Em síntese, a permanência dos veteranos da UN no jogo político não foi uma barreira à consolidação de um novo partido majoritário no estado.¹¹

¹¹ Os veteranos da chapa da UN eram João Silveira e Souza e Manuel José de Oliveira, que se candidataram ao Senado, assim como Alexandre Marcelino Bayma e Eliseu Guilherme da Silva, que postularam vaga na Câmara



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Compete, pois, sustentar a terceira constatação referente às eleições legislativas de 1890. A Tabela 1 evidencia que foi muito díspar o desempenho dos candidatos da situação e da oposição. Os postulantes da UN amealharam somente 2% dos votos. Foi apenas na cidade de São Pedro de Alcântara, na qual existia uma comunidade de imigrantes alemães, que dois candidatos oposicionistas (Alexandre Marcelino Bayma e Wigando Engelke) tiveram votação maior que a de dois situacionistas (Felipe Schmidt e José Lacerda Coutinho). Essa cidade foi a única, dentre os 38 municípios do estado, em que candidatos do PR foram menos votados do que os postulantes da UN (A REPÚBLICA, 18 set. 1890, p. 2).

Em um cenário de acentuada unidade entre os situacionistas, a oposição não foi bem-sucedida no intento de assegurar uma presença significativa nas instâncias locais e nacionais do Poder Legislativo. De fato, após o pleito de 1890, a diferença de votos entre os situacionistas e os oposicionistas tornou-se menos acentuada. Todavia, o desempenho dos federalistas permaneceu insuficiente para que pudessem formar uma bancada relevante em instituições como o Congresso Representativo do Estado.¹² Desse modo, nos anos 1890 o comportamento da oposição oscilou entre a inatividade e a retomada da tarefa de enfrentar os candidatos do partido dominante.

Conforme salientado, o ano de 1894 foi o momento em que os federalistas voltaram à oposição e começaram a desenvolver uma atividade eleitoral intermitente. Em setembro desse ano, época em que foi realizado um novo pleito para a Câmara dos Deputados, fazia cinco meses que eles haviam perdido o comando do Governo catarinense, pois foram destituídos pelas forças *legalistas*. Essa destituição foi acompanhada pelo fortalecimento do político do PR. No referido mês, por exemplo, Hercílio Luz se elegeu de governador do estado. Foi em tal época, portanto, que os adversários dos federalistas reassumiram o comando da administração catarinense. (REPÚBLICA, 28 set. 1894, p. 1). Nesse período, os membros do PRF estavam eleitoralmente inativos. O declínio político do partido é evidenciado no fato de que se absteve do pleito para a Câmara dos Deputados, assim como não participou da disputa para o Governo estadual realizada em 1894.

Nesse período, em Santa Catarina, iniciou-se a formação de um cenário eleitoral cuja consolidação data dos anos 1900. Nesse cenário, o PRC não era combatido por partidos de oposição. A competição eleitoral envolvia somente os integrantes da ordem situacionista. Mais especificamente, a disputa envolvia os candidatos da chapa oficial e os governistas que não tiveram o respaldo dos dirigentes dessa agremiação para serem incluídos nessa chapa. Tratava-se de uma situação de domínio absoluto do partido oficial sobre as eleições regionais.

A Tabela 1 mostra que, em 1894, o partido governista apresentou três candidatos à Câmara dos Deputados. Essa apresentação indica que os situacionistas, ao menos formalmente, levaram em consideração o princípio da representação das minorias, isto é, o

dos Deputados. De outro lado, os novatos eram Diogo Coutinho, candidato ao Senado, bem como João José Teodoro da Costa e Wigando Engelke, postulantes à Câmara (REPÚBLICA, 16 out. 1890, p. 2).

¹² Em 1891, na disputa pelas 22 vagas de deputado estadual constituinte, a chapa do partido governista auferiu 167.735 votos. A chapa da oposição, por seu turno, conquistou 39.553 sufrágios. Esse desempenho da oposição foi proporcionalmente superior ao obtido no pleito de 1890. Entretanto, a votação oposicionista não impediu os governistas de amealhar todas as cadeiras do Congresso Representativo do Estado (REPÚBLICA, 18 ABR. 1891, P. 2).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

direito, incluído na Constituição republicana de 1891, de as oposições terem assento permanente nessa instituição. Na Primeira República, a principal maneira de os candidatos oposicionistas conquistarem mandatos legislativos era por meio da apresentação de chapas incompletas pelos governistas, os quais cediam aos seus adversários um terço das vagas em disputa. Contudo, não existia uma imposição legal para os situacionistas lançarem chapas incompletas como forma de beneficiar os seus contendores. Em suma, esse lançamento era uma concessão eventual realizada pelos partidos dominantes (SÁ PINTO, 1998).

Os estudos históricos têm evidenciado as distinções entre os dirigentes de partidos governistas quanto à maior ou menor propensão para a cessão das vagas da minoria. Enquanto no estado do Rio de Janeiro essa cessão não era incomum, em Minas Gerais e São Paulo os líderes situacionistas eram contrários a beneficiar os seus adversários por meio da confecção de chapas incompletas (FERREIRA, 1994; PEREIRA, 2015).

Em Santa Catarina, por outro lado, existiram ocasiões em que os governistas apresentaram simultaneamente uma chapa incompleta e um postulante à vaga da minoria. A especificidade do caso catarinense reside no fato de que os chefes da ordem situacionista não eram refratários à apresentação de chapas incompletas. No entanto, na maioria dos pleitos ocorridos durante a Primeira República, eles cultivaram o objetivo de amealhar todas as vagas de deputado federal. Portanto, o estímulo à candidatura de um correligionário fora da chapa oficial foi inerente à estratégia política desses líderes. Esse estímulo era uma forma de os líderes situacionistas perpetuarem o controle do PRC sobre as quatro cadeiras da bancada catarinense na Câmara, ao mesmo tempo em que não se declaravam contrários ao princípio da representação da minoria.

Em 1894, além dos três postulantes oficiais, os dirigentes do PRC apoiaram a candidatura do engenheiro civil Emílio Ramos Blum (1861-1918) para aquela vaga (REPÚBLICA, 18 ago. 1894, p. 1). Na disputa pela essa cadeira destinada à minoria, Blum enfrentou Felipe Schmidt, que tentava se reeleger deputado federal. Nesse pleito, Blum suplantou Schmidt por uma diferença de 567 votos (ANAIIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1894, v. 3, p. 46).

A eleição de 1894 demarcou o princípio de uma época na qual as rivalidades políticas naquele estado surgiam na própria ordem situacionista. A ausência de um partido oposicionista estimulou o aparecimento de candidaturas independentes no interior do grupo governista. Em geral, essas candidaturas não resultavam no rompimento definitivo entre os dirigentes do PRC e os situacionistas que divergiram da indicação dos candidatos oficiais. Por consequência, postulantes avulsos como Felipe Schmidt permaneceram filiados à agremiação dominante. Os situacionistas que concorreram contra os candidatos oficiais não foram desligados do PRC. Ao contrário, existiram contendores dos postulantes oficiais que posteriormente obtiveram o apoio eleitoral da cúpula do partido. Felipe Schmidt, por exemplo, elegeu-se governador de Santa Catarina, em 1898, com o aval do PRC (REPÚBLICA, 27 maio 1898, p. 1).

Conforme mencionado, a oposição catarinense voltou a participar do jogo eleitoral em 1896. Em tal ano, reunidos no novo Partido Republicano, os federalistas apresentaram uma chapa de três candidatos a deputado federal. Ao retornar a esse jogo, a oposição demonstrou a capacidade de se reorganizar e amealhar um maior número de votos. O desempenho dos federalistas nessa disputa foi mais relevante que o observado em 1890.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Contudo, a Tabela 1 indica que o contingente de apoios angariado pela oposição em 1896 ainda era insuficiente para impor uma derrota aos postulantes oficiais. A iniciativa do PRC de apresentar uma chapa de três candidatos e de lançar um correligionário à vaga da minoria impediu o PR de eleger ao menos um postulante. O resultado da eleição de 1896 denota que essa agremiação era um típico partido minoritário, cujas chances de êxito eleitoral eram anuladas pela falta da vaga do terço. Em última análise, os postulantes do PR jamais suplantaram os apresentados pelos PRC.

A mencionada Tabela mostra que, de 1896 a 1899, foi célere o crescimento do eleitorado oposicionista. Em 1899, no pleito para o cargo de deputado federal, o PR voltou a apresentar três postulantes e conquistou cerca de um terço dos votos. Dessa forma, no final da primeira década republicana, os federalistas possuíam maior capilaridade junto ao eleitorado catarinense. Entretanto, a ampliação da base eleitoral da oposição não propiciou ao PR a conquista de uma presença mínima na Câmara dos Deputados. Consoante evidenciado na Tabela 1, em 1899 a competição mais acirrada pelas vagas de deputado foi travada entre os candidatos oficiais e o governista não incluído na chapa do PRC.

Cumpre, ainda, demonstrar que o PR não permaneceu dedicado à tarefa de aumentar a sua competitividade eleitoral. No início dos anos 1900, o partido se extinguiu por causa da transferência de seus filiados para o campo situacionista. Essa transferência criou um cenário no qual, por quase três décadas, não houve confronto entre partidos políticos em Santa Catarina. Assim, trata-se de evidenciar que a dissolução do PR não derivou de um declínio progressivo de sua força eleitoral, mas da capacidade de os situacionistas atraírem antigos adversários.

Cooptação de adversários e ausência de partidos de oposição: as eleições em Santa Catarina nas décadas de 1900 e 1910

A absorção de partidários da causa federalista por agremiações governistas não foi um acontecimento incomum. Na Região Sul, tal absorção também se verificou no Paraná, em 1908. Nesse estado, os federalistas migraram para o campo situacionista e, junto de seus antigos adversários, criaram um novo partido, a Coligação Republicana. Essa migração permitiu que os expoentes do extinto grupo oposicionista conseguissem se eleger para cargos legislativos. Ela também lhes assegurou uma influência sobre a gestão do partido governista (GOULART, 2008). No Rio Grande do Sul, por outro lado, os federalistas mantiveram uma agremiação oposicionista em atividade de 1892 a 1928. Nesse estado, a polarização partidária foi intrínseca ao jogo eleitoral até os últimos anos da Primeira República (RIBEIRO, 2019).

Santa Catarina foi o estado sulino no qual a desorganização do campo oposicionista ocorreu mais rapidamente. Em janeiro de 1903, o partido oposicionista ainda estava em atividade (O DIA, 21 jan. 1903, p. 1). Porém, pouco antes da eleição para deputado federal realizada em 30 de janeiro, os federalistas aderiram à ordem governista (O DIA, 10 fev. 1903, p. 1). A esse respeito, cumpre mencionar que em março de 1904 o jornal *Novidades*, de Itajaí, publicou uma carta assinada por sete ex-integrantes do grupo oposicionista. Nessa missiva, afirma-se que estava consolidada a aliança entre os antigos líderes da situação e da oposição estadual. De acordo com os subscritores da carta, os mentores dessa aliança foram Eliseu Guilherme e Lauro Muller. Eles articularam a instauração de um cenário político marcado pela existência de apenas um partido (NOVIDADES, 26 mar. 1904, p. 1).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

No começo dos anos 1900, nos jornais locais, não se encontram informações respeitantes a iniciativas para a retomada da ação eleitoral da oposição. Não há registros de entraves à união de antigos adversários sob uma única legenda. Ao mesmo tempo, não se encontram indícios de que a imprensa periódica combateu a fusão partidária. Nesse contexto, não existiram esforços, no âmbito da imprensa e do meio político, para impedir que o campo oposicionista se desorganizasse. A referida época foi um momento de flagrante convergência entre os políticos veteranos e os editorialistas dos jornais catarinenses em favor do fim da competição partidária no estado. Cabe ressaltar que *O Estado*, jornal ligado aos federalistas, circulou até dezembro 1902, um mês antes de a fusão partidária se concretizar. Dessa forma, tal fusão foi contemporânea ao desaparecimento do periódico que, ao longo de uma década, se dedicou à defesa do partido e dos candidatos da oposição estadual (O ESTADO, 28 dez. 1902, p. 1).

O estudo da vida política de Santa Catarina após a aproximação entre os *federalistas* e os *legalistas* exige, inicialmente, a análise das candidaturas e dos resultados das eleições legislativas. Para tanto, cumpre dedicar atenção aos dados da Tabela 2.

Tabela 2 – Resultados das eleições para deputado federal por Santa Catarina (1903-1909)

1903							
Total de candidatos da chapa do PRC	Total de votos da chapa do PRC	Percentual de votos da chapa do Partido Republicano Catarinense	Total de eleitos na chapa do PRC	Total de candidatos governistas não incluídos na chapa oficial	Total de votos de governistas não incluídos na chapa oficial	Percentual de votos dos governistas não incluídos na chapa oficial	Total de governistas eleitos fora da chapa oficial
3	24.561	76,8	3	1	7.400	23,2	1
1906							
Total de candidatos da chapa do PRC	Total de votos da chapa do PRC	Percentual de votos da chapa do PRC	Total de eleitos na chapa do PRC	Total de candidatos governistas não incluídos na chapa oficial	Total de votos de governistas não incluídos na chapa oficial	Percentual de votos dos governistas não incluídos na chapa oficial	Total de governistas eleitos fora da chapa oficial
4	27.067	89,1	4	1	3.293	10,9	0
1909							
Total de candidatos da chapa do PRC	Total de votos da chapa do PRC	Percentual de votos da chapa do PRC	Total de eleitos na chapa do PRC	Total de candidatos governistas não incluídos na chapa oficial	Total de votos de governistas não incluídos na chapa oficial	Percentual de votos dos governistas não incluídos na chapa oficial	Total de governistas eleitos fora da chapa oficial
3	20.977	59	3	3	14.593	41	1

Fonte: *Anais da Câmara dos Deputados* (1903; 1906; 1909).

As informações sobre a eleição de 1903 presentes na Tabela 2 evidenciam que esse pleito não contou com a participação de candidatos de oposição. O fato de o PRC não ter encontrado adversários nessa disputa denota que não existiram remanescentes do grupo federalista dedicados à tarefa de formar um novo partido oposicionista. Ao mesmo tempo, o surgimento do governista Abdon Batista (1852-1922) como postulante fora da chapa oficial não significa que, naquele momento, as candidaturas oficiais geraram descontentamentos capazes de motivar o lançamento de um nome não aprovado pelo diretório central do PRC. Nesse pleito, o PRC apresentou três candidatos oficiais, entre os quais estava Eliseu Guilherme. Nessa ocasião, o partido também anunciou a cessão de uma vaga à minoria. No entanto, a agremiação endossou o nome de Abdon Batista para preencher essa vaga. Ou seja, em 1903 os situacionistas pleitearam novamente a vaga da minoria e, por tal motivo,



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

mantiveram o controle sobre as quatro cadeiras de deputado federal destinadas a Santa Catarina (O DIA, 27 jan. 1903, p. 1).

Por outro lado, cumpre reconhecer que, no início dos anos 1900, os governistas possuíam uma força eleitoral inconteste, mas careciam de unidade interna. Quando os federalistas aderiram ao PRC, vigorava na agremiação a contenda entre os partidários de Hercílio Luz e os aliados de Lauro Muller. Os correligionários de Muller dirigiam o PRC e comandavam o Governo estadual, ao passo que Luz era o líder dos situacionistas dissidentes (O DIA, 7 jul. 1901, p. 1). Todavia, o embate entre ambas as alas não ocasionou a transferência dos dissidentes para a oposição. Ao contrário, a vida interna do PRC foi distinguida pela acomodação dos interesses políticos dos grupos rivais. Assim, tanto Luz quanto Muller continuaram a obter o respaldo do partido para pleitearem os cargos de senador e governador (MORAES, 2012; NECKEL, 2003).

No curso da década de 1900, o principal efeito das divergências entre os correligionários da ordem situacionista de Santa Catarina não se modificou. Tal efeito era o aparecimento de candidatos independentes à Câmara. Os descontentes com as escolhas eleitorais da cúpula do PRC não se voltaram à construção de um partido, mas ao lançamento de postulantes avulsos que buscaram impedir o êxito integral das chapas governistas. A eleição de Eliseu Guilherme para deputado federal, em 1903, aconteceu em um momento no qual as cizânias entre próceres governistas não resultavam na apresentação de candidaturas independentes. Assim, os federalistas ingressaram no PRC em um contexto no qual essas rivalidades ainda não haviam atingido o seu ápice.

O agravamento desses impasses aconteceu no pleito de 1906. Na Tabela 2, nota-se que um governista se candidatou a deputado federal fora da chapa do PRC. Esse postulante era o advogado Henrique de Almeida Valga (1868-1928). Segundo a imprensa governista, a estratégia adotada pelos partidários desse candidato residiu em distribuir cédulas eleitorais preenchidas com os nomes dos postulantes governistas, à exceção de Vitorino de Paula Ramos (1860-1925), cujo nome teria sido substituído pelo de Henrique Valga. Os promotores da candidatura desse bacharel, com o objetivo de angariar o voto dos eleitores governistas, teriam ocultado o fato de que tal postulante participou da disputa de maneira avulsa (O PHAROL, 2 fev. 1906, p. 3).

Veiculada em *O Pharol*, jornal publicado em Itajaí e ligado à ala majoritária do partido situacionista, essa informação denota que uma parcela dos governistas encarou a candidatura avulsa de um correligionário como um empecilho à unidade do PRC e, particularmente, à autoridade dos chefes da agremiação. O teor negativo dessa notícia indica que um membro da ordem governista que lançasse sua candidatura sem a chancela oficial era passível de ser anatematizado pelos correligionários incumbidos de promover as candidaturas oficiais por meio da imprensa. Em última análise, a defesa da disciplina partidária foi um aspecto intrínseco aos jornais situacionistas na época da presença exclusiva de candidatos governistas nas eleições parlamentares realizadas em Santa Catarina.

No referido pleito, Henrique Valga não se elegeu. Ele obteve 3.593 votos, enquanto Eliseu Guilherme, o quarto colocado, conquistou 5.441 sufrágios (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1906, v. 1, p. 15). Em síntese, os postulantes independentes jamais suplantaram os candidatos oficiais. Nesse período, os independentes não permaneceram por longo tempo como rivais dos responsáveis pela montagem das chapas do PRC.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Assim, convém mencionar que, na eleição para deputado federal acontecida em 1909, Henrique Valga foi incluído na chapa oficial do PRC. Eliseu Guilherme, por seu turno, concorreu fora da chapa e não se elegeu. Nesse pleito, outro situacionista também ambicionou a vaga de deputado federal fora da chapa oficial. Esse candidato era o cônego João Nepomuceno Manfredo Leite (1876-1969), que teve um desempenho mais significativo que o obtido por Eliseu Guilherme.¹³ Nessa ocasião, Eliseu Guilherme e Manfredo Leite pertenciam a uma dissidência no interior do PRC chefiada por Hercílio Luz (COMMERCIO DE JOINVILLE, 9 jan. 1909, p. 1). Eles pleitearam a vaga da minoria. Porém, o fato de o PRC ter lançado Celso Bayma (1874-1935) como candidato fora da chapa oficial impediu que um dos dissidentes conseguisse se eleger (ANAIIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1909, v. 1, p. 53).

O resultado do pleito de 1909 evidenciou três aspectos da vida política catarinense. Primeiro, a candidatura de Henrique Valga pelo PRC mostra que não eram incontornáveis os desacordos entre os situacionistas. Essa candidatura indica que a iniciativa de se lançar como postulante avulso não inviabilizava a conquista de futuras oportunidades eleitorais no grupo governista.

Segundo, verifica-se que Eliseu Guilherme não conquistou ininterruptamente o respaldo dos governistas às suas pretensões eleitorais. Após o término de seu segundo mandato de deputado federal, em 1909, ele permaneceu doze anos distante da Câmara. Esse ex-chefe da oposição catarinense voltou a ser eleito deputado federal em 1921. Nesse ínterim, ele não ensaiou um movimento de regresso à oposição. O seu envolvimento em uma dissidência na ordem governista não criou obstáculos para que obtivesse novas oportunidades eleitorais. Em 1913, por exemplo, ele se elegeu deputado estadual pelo PRC (O DIA, 29 ago. 1913, p. 1). Em suma, Eliseu Guilherme se consolidou como um situacionista cuja principal consequência do vínculo à agremiação dominante consistiu no exercício ocasional de mandatos legislativos.

Em terceiro lugar, a aliança entre Manfredo Leite e Eliseu Guilherme mostra que o lançamento de candidaturas fora da chapa oficial não era um ato repentino e carente do apoio de frações do partido governista. Essas candidaturas eram respaldadas pelos situacionistas que se contrapunham aos dirigentes do PRC. A apresentação de postulantes governistas fora da chapa oficial continuou a ocorrer nos anos 1910. Nessa década, tal apresentação permaneceu como o limite da demonstração do descontentamento de uma parcela dos situacionistas acerca do preenchimento das chapas oficiais. Nesse âmbito, cumpre analisar as informações expostas na Tabela 3.

Tabela 3 – Resultados das eleições para deputado federal por Santa Catarina (1912-1918)

1912							
Total de candidatos da chapa do PRC	Total de votos da chapa do PRC	Percentual de votos da chapa do PRC	Total de eleitos na chapa do PRC	Total de candidatos governistas não incluídos na chapa oficial	Total de votos de governistas não incluídos na chapa oficial	Percentual de votos dos governistas não incluídos na chapa oficial	Total de governistas eleitos fora da chapa oficial
3	30.162	70,5	3	2	12.618	29,5	1
1915							
Total de candidatos da chapa do	Total de votos da chapa	Percentual de votos da chapa do	Total de eleitos na	Total de candidatos governistas	Total de votos de governistas não incluídos	Percentual de votos dos governistas não	Total de governistas eleitos fora da

¹³ Manfredo Leite angariou 6.043 sufrágios, enquanto Eliseu Guilherme amealhou apenas 880 votos (ANAIIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1909, v. 1, p. 53).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

PRC	do PRC	PRC	chapa do PRC	não incluídos na chapa oficial	na chapa oficial	incluídos na chapa oficial	chapa oficial
4	32.065	84,1	4	1	6.062	15,9	0
1918							
Total de candidatos da chapa do PRC	Total de votos da chapa do PRC	Percentual de votos da chapa do PRC	Total de eleitos na chapa do PRC	Total de candidatos governistas não incluídos na chapa oficial	Total de votos de governistas não incluídos na chapa oficial	Percentual de votos dos governistas não incluídos na chapa oficial	Total de governistas eleitos fora da chapa oficial
4	16.161	92,1	4	2	1.385	7,9	0

Fonte: *Anais da Câmara dos Deputados* (1912; 1915); *O Dia* (1918).

Respeitante à eleição para deputado federal realizada em 1912, cumpre destacar duas informações. Primeiro, cabe asseverar que o PRC voltou a adotar um comportamento eleitoral que empregara na década anterior. Esse comportamento consistia em autorizar a cessão, a um representante de grupo político minoritário, de uma vaga da bancada catarinense na Câmara. Assim, a chapa oficial lançada naquele ano continha somente três postulantes. a saber, Abdon Baptista, Antônio Pereira da Silva Oliveira e Henrique de Almeida Valga (*O DIA*, 19 jan. 1912, p. 1). Contudo, Celso Bayma, que buscava o segundo mandato de deputado federal, foi indicado pelo partido para concorrer à vaga do terço. Nesse pleito, o situacionista Vitorino de Paula Ramos apresentou-se como postulante independente a essa vaga. Dessa forma, os situacionistas excluídos da chapa do PRC foram personagens que estimularam a existência de uma competição nas eleições para a Câmara. De todo modo, Ramos foi derrotado por Bayma (*ANAIAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS*, 1912, v. 1, p. 155).

Em um cenário marcado pela ausência de partidos de oposição, a cessão da vaga da minoria era apenas uma manifestação protocolar do PRC a favor da representação mínima, no Poder Legislativo, de indivíduos não pertencentes à ordem situacionista. Entretanto, para preservar o controle integral da bancada catarinense na Câmara, o partido não se eximiu de pleitear a vaga do terço.

A segunda constatação diz respeito ao fato de que a definição de uma candidatura fora da chapa era um motivo de contendas entre os situacionistas. O lançamento das candidaturas de Celso Bayma e Vitorino Ramos denota que não houve consenso no PRC quanto à indicação de um nome à vaga do terço. Esses antagonismos entre situacionistas são também evidenciados no fato que Ramos contestou o resultado do pleito junto à Comissão de Verificação de Poderes da Câmara dos Deputados. Ele alegou que ocorreram irregularidades na formação de mesas eleitorais, bem sustentou que a votação realizada em cidades como Jaguaruna e Tubarão fora marcada por fraudes (*ANAIAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS*, 1912, v. 1, p. 156).

Os argumentos empregados por Vitorino Ramos em sua contestação deixam implícito o entendimento segundo a qual os governistas pertencentes ao setor majoritário do PRC estavam mobilizados para impedir a vitória do candidato não avalizado pelos dirigentes do partido. Para tanto, essa ala da agremiação teria recorrido a expedientes inidôneos como a adulteração do resultado de distintas seções eleitorais. A contestação de Ramos evidencia que uma candidatura avulsa não era vista pelos situacionistas como inofensiva, mas como uma ameaça concreta aos projetos eleitorais do PRC.

Esse candidato reconheceu que os líderes governistas, em conjunto com seus aliados radicados em diferentes cidades, impediram a existência de um processo eleitoral no qual a competição fosse travada livremente. Os argumentos contidos na contestação de Ramos são ancorados na ideia de que tal competição seria apenas uma formalidade para



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

chancelar a presença, na Câmara dos Deputados, de membros da fração dominante do PRC. Dessa forma, Ramos defendeu que cabia a ele a quarta vaga de deputado federal, em prejuízo de Celso Bayma. Entretanto, as suas alegações não foram acatadas pela Comissão de Verificação de Poderes. Por consequência, Bayma conseguiu renovar o seu mandato parlamentar (ANAIIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1912, v. 1, p. 156).

Em 1915, o PRC suspendeu a cessão da vaga do terço e pleiteou oficialmente as quatro cadeiras da bancada catarinense na Câmara. Os postulantes oficiais eram Henrique de Almeida Valga, Celso Bayma, Eugênio Luiz Muller (1856-1936) e Gustavo Lebon Régis (1874-1930) (ANNAES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1915, v. 2, p. 18). Porém, nessa época Vitorino Ramos voltou a se apresentar como candidato avulso. A dinâmica eleitoral do estado permaneceu marcada pela existência de um setor do grupo governista que não endossava os nomes chancelados pelo PRC para compor a chapa de postulantes à Câmara. Essas informações indicam que, na eleição legislativa de 1915, não houve uma mudança na natureza dos conflitos que envolviam os situacionistas. Em tal ano, Vitorino Ramos continuava filiado à agremiação governista, mas concorreu pela segunda vez contra os candidatos oficiais. Ele experimentou nova derrota e, por conseguinte, encaminhou à Comissão verificadora uma contestação do resultado do pleito. Essa contestação apontava a ocorrência de ilicitudes supostamente praticadas pelas juntas apuradoras de municípios como Blumenau e Joinville. Tais reclamações não foram acolhidas e, portanto, ele não conseguiu ser reconhecido como deputado (ANAIIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1915, v. 2, p. 689).

No pleito de 1918, o PRC apresentou novamente uma chapa completa e, assim, continuou a obter as quatro vagas da bancada federal. Abdon Batista, Antônio Pereira da Silva Oliveira, Celso Bayma e Eugênio Luiz Muller foram os candidatos escolhidos pela agremiação (ANAIIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1918, v.1, p. 86). Constata-se, pois, a ausência de uma renovação no rol dos personagens dotados do apoio eleitoral do PRC para exercerem mandatos à Câmara dos Deputados. Dessa forma, em Santa Catarina, o final década de 1910 foi caracterizado pela vigência de um cenário político no qual antigos parlamentares conseguiram renovar os seus mandatos por meio do aval da cúpula do PRC.

Nessa disputa, os situacionistas Gustavo Lebon Régis e Vítor Konder (1886-1941) também foram votados. Entretanto, o desempenho de ambos não ameaçou a eleição dos postulantes oficiais (O ESTADO, 5 mar. 1918, p. 1). Portanto, nessa disputa a chapa do PRC não conquistou a adesão irrestrita do eleitorado governista. Ao longo dos anos 1910, contudo, o descontentamento com a composição das chapas do partido não estimulou o aparecimento de uma nova dissidência ou a migração de correligionários para a oposição. Nesse período, o PRC conservou o seu controle sobre o jogo eleitoral e também sobre o funcionamento das instituições políticas do estado. Em suma, nas eleições legislativas ocorridas naquele decênio, os governistas competiram apenas entre si. De outra parte, nos pleitos para os cargos de senador e governador não houve embate entre candidatos.¹⁴

¹⁴ Na Primeira República, os governistas catarinenses não tiveram rivais na disputa pelo Governo estadual. Quando havia apenas uma vaga em disputa para o Senado, também não era comum o aparecimento de candidatos de oposição. Similarmente às eleições para a Câmara dos Deputados ocorridas nas décadas de 1900 e 1910, as eventuais disputas para o Senado envolveram somente membros da ordem governista. Em 1909, por exemplo, Raulino Horn disputou, sem sucesso, contra Felipe Schmidt. Ambos eram integrantes do PRC (GAZETA DE JOINVILLE, 6 fev. 1909, p. 3). Um embate ao Senado voltou a acontecer em 1930, ano em que Henrique Rupp Júnior, da Aliança Liberal, foi derrotado pelo governista Antônio Pereira da Silva Oliveira (REPÚBLICA, 6 mar. 1930, p. 1). Nessa ocasião, fazia 34 anos que não ocorria um confronto entre partidos de



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Trata-se de demonstrar, por conseguinte, que tal situação se modificou nos anos 1920. Nesse decênio, as contendas entre os situacionistas não foram decorrentes do lançamento de postulantes não homologados pelo diretório central do PRC. Ao contrário, essas celeumas originaram um novo partido de oposição. Cumpre salientar, ainda, que a criação desse partido foi estimulada por um contexto político no qual surgiram agremiações estaduais e nacionais dedicadas ao combate das candidaturas ligadas aos partidos majoritários.

A oposição catarinense no contexto da reorganização dos partidos minoritários: o período 1921-1930

Nos anos 1920, houve três momentos em que se verificou uma aproximação consistente entre as oposições regionais: em 1921, com a criação da Reação Republicana; em 1926, por ocasião do surgimento das agremiações estaduais denominadas Partido Democrático; e em 1929, ano da formação da Aliança Liberal.

A Reação Republicana foi idealizada pelos líderes dos partidos dominantes da Bahia, Distrito Federal, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Essa aliança sustentou, em 1922, a candidatura presencial de Nilo Peçanha, o qual concorreu, sem sucesso, contra Artur Bernardes, postulante apoiado pelos situacionistas de Minas Gerais e São Paulo (FERREIRA, 1993).

O surgimento das agremiações que receberam o nome de Partido Democrático, por seu turno, foi derivado da fundação de um partido homônimo em São Paulo, em fevereiro de 1926, sob a liderança do ex-senador Antônio da Silva Prado (1840-1929) (PRADO, 1986). A plataforma política dessa agremiação, que se apresentava como defensora da reforma eleitoral, conseguiu adesões na Região Sul. Mais precisamente, no Paraná, nos anos de 1926 e 1927, existiu um Partido Democrático, o qual propiciou o retorno da competição eleitoral entre situação e oposição nesse estado (GRANATO, 2018).

Por fim, a Aliança Liberal (AL) congregou oposicionistas em torno da candidatura presidencial de Getúlio Vargas. Em boa medida, a fundação dos diretórios regionais da AL foi coordenada por ex-integrantes dos partidos dominantes que existiam nos estados. Essa agremiação conseguiu adesões nos três estados do Sul (CORRÊA, 1984; GRANATO, 2021).

Os anos 1920 foram marcados por maior mobilização das oposições estaduais tanto em pleitos nacionais quanto em disputas regionais. Nessa época, o campo oposicionista de Santa Catarina começou a se reorganizar. Tal reorganização foi promovida por ex-integrantes da ordem situacionista, notadamente os membros da família Ramos. Nesse âmbito, cabe salientar que os próceres da Reação Republicana no estado foram o então senador Vidal José de Oliveira Ramos Júnior (1866-1954) e seu filho Nereu Ramos (1888-1958), que havia exercido dois mandatos de deputado estadual pelo PRC (O ESTADO, 14 mar. 1922, p. 5). Entretanto, foi lento o processo por meio do qual a nova oposição catarinense se congregou em um partido e conheceu o aumento de sua competitividade eleitoral.

A inserção dos Ramos no campo da oposição estadual não foi um acontecimento inesperado. Ela decorreu de rivalidades internas à ordem situacionista. Mais precisamente,

situação e de oposição pela vaga de senador no estado, pois o último embate entre partidos rivais à vaga de senador acontecera em 1896 (REPÚBLICA, 4. fev. 1897, p. 1).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

a migração dessa parentela para a oposição ocorreu em um cenário no qual o domínio político que os seus membros exerciam sobre o município de Lages, situado na região serrana de Santa Catarina, era alvo de críticas no interior do PRC. Dessa forma, a adesão dos Ramos à plataforma eleitoral da Reação Republicana foi precedida por dificuldades para a perpetuação de seu controle sobre as esferas locais da administração pública (REPÚBLICA, 13 jul. 1921, p. 1).

Essa adesão derivou do esgotamento da presença dessa parentela seja na elite dirigente do PRC, seja na administração de uma cidade do interior do estado. Na época do ressurgimento da oposição em Santa Catarina, os Ramos eram classificados por frações do partido governista como uma oligarquia que relutava em reconhecer que o seu poder político estava em declínio. O envolvimento em disputas pela conservação do seu poder local resultou no afastamento dos Ramos do PRC e no engajamento dessa família na reorganização do campo da oposição estadual.¹⁵

Essas afirmações permitem salientar que a filiação de políticos veteranos a partidos de oposição era decorrente de fatores como a perda de influência junto a uma agremiação dominante. Em grande medida, essa filiação era uma alternativa para que veteranos proscritos de uma ordem governista permanecessem politicamente ativos. Em distintos estados do Brasil, nas quatro primeiras décadas republicanas, as divergências entre membros das oligarquias comumente estimulavam a migração de governistas para a oposição. Essa migração, por sua vez, favorecia a criação de partidos minoritários (ARRUDA, 2015). Tal situação foi típica da vida política dos três estados sulinos. Além de Santa Catarina, a eclosão de conflitos no interior de uma oligarquia também foi peculiar às cenas políticas do Paraná e do Rio Grande do Sul (GUIMARÃES, 1915; SACCOL, 2018).¹⁶

Em Santa Catarina, ao longo dos anos 1920, o ressurgimento da oposição estadual derivou de uma iniciativa de políticos que eram ex-integrantes da ordem situacionista. Nos anos finais da Primeira República, nesse estado, a vida política continuou distinguida pelo enfrentamento entre indivíduos que pertenciam a setores da elite social, bem como possuíam extensa participação no jogo eleitoral. Na cena política estadual, não houve a emergência de indivíduos desprovidos de vínculos com essa elite. De modo análogo à situação verificada na década de 1890, esse cenário permaneceu marcado pela coexistência de apenas dois partidos, os quais eram socialmente homogêneos. A reiteração de embates entre grupos políticos enraizados em setores de elites regionais era um elemento típico da vida política brasileira em tal contexto (CITTADINO, 2022; OLIVEIRA e PETRARCA, 2024).

Nesse âmbito, compete reconhecer que em Santa Catarina, no mencionado recorte temporal, não ocorreu a formação de partidos compostos por novatos interessados em

¹⁵ Em meados de 1921, quando foi lançada a Reação Republicana, o superintendente municipal de Lages era o coronel Belisário José de Oliveira Ramos (1858-1957), irmão de Vidal Ramos. Ele, Belisário, exerceu esse cargo entre os anos de 1902 e 1922. Desde o início de 1921, contudo, esse superintendente enfrentava a oposição dos membros do Conselho Municipal, bem como não contava com amplo apoio do eleitorado lageano. Nessa ocasião, ao noticiar o distanciamento entre o superintendente e os integrantes desse Conselho, o jornal *República* avaliou que Belisário Ramos era um típico *mandarim sertanejo* que não aceitava deixar o poder (REPÚBLICA, 13 jul. 1921, p. 1).

¹⁶ No Paraná, a ala de governistas que se desligou do partido oficial em fins de 1914 foi a responsável por comandar a organização local da Reação Republicana, do Partido Democrático e da Aliança Liberal. Portanto, de modo semelhante ao caso de Santa Catarina, no Paraná um mesmo grupo de dissidentes do situacionismo envolveu-se em diferentes iniciativas para estruturar partidos de oposição nos anos finais da Primeira República (GRANATO, 2021).



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

contrabalançar o predomínio eleitoral de políticos veteranos. A presença da família Ramos na liderança do campo da oposição catarinense nos anos 1920 evidencia a baixa renovação do quadro de chefes partidários do estado nos últimos anos da Primeira República.¹⁷

Nessa época, em Santa Catarina, a composição do quadro partidário permaneceu pouco diversificada. Tal situação era diferente, por exemplo, do caso do Paraná, estado em que, em meados da década de 1920, ocorreu a fundação de um partido socialista (CASTELLUCCI, 2022). De forma semelhante à situação verificada na década de 1890, nos anos finais da Primeira República uma diferença entre esses dois estados residiu no fato de que, no Paraná, a cena política era marcada pela presença de indivíduos que não estavam ligados seja aos próceres da situação, seja aos antigos expoentes da oposição.¹⁸

No curso desta seção, convém demonstrar que em tal época a vida política catarinense se tornou marcada por uma polarização eleitoral que envolveu somente os membros e os egressos do campo da situação. Em última análise, entre as décadas de 1890 e 1920, Santa Catarina não se distinguiu pela existência de um jogo eleitoral em que distintos partidos rivalizavam entre si. Nos seus momentos de maior competitividade, essa cena permaneceu caracterizada pela existência de apenas duas agremiações. Para o estudo desse cenário político-eleitoral, convém analisar as informações da Tabela 4.

Tabela 4 – Resultados das eleições para deputado federal por Santa Catarina (1921-1930)

1921							
Total de candidatos da chapa do PRC	Total de votos da chapa do PRC	Percentual de votos da chapa do PRC	Total de eleitos na chapa do PRC	Total de candidatos governistas não incluídos na chapa oficial	Total de votos de governistas não incluídos na chapa oficial	Percentual de votos dos governistas não incluídos na chapa oficial	Total de governistas eleitos fora da chapa oficial
3	29.902	77,6	3	1	8.587	22,4	1
1924							
Total de candidatos da chapa do PRC	Total de votos da chapa do PRC	Percentual de votos da chapa do PRC	Total de eleitos na chapa do PRC	Total de candidatos governistas não incluídos na chapa oficial	Total de votos de governistas não incluídos na chapa oficial	Percentual de votos dos governistas não incluídos na chapa oficial	Total de governistas eleitos fora da chapa oficial
3	44.519	78,3	3	1	12.342	21,7	1
1927							
Total de candidatos da chapa do PRC	Total de votos da chapa do PRC	Percentual de votos da chapa do PRC	Total de eleitos na chapa do PRC	Total de candidatos do PLC	Total da votação dos candidatos do PLC	Percentual de votos dos candidatos do PLC	Total de eleitos pelo PLC
3	90.014	95	3	1	4.679	5	1
1930							
Total de candidatos da chapa do	Total de votos da chapa	Percentual de votos da chapa do	Total de eleitos na	Total de candidatos da AL	Total de votos dos candidatos da AL	Percentual de votos da AL	Total de eleitos pela AL

¹⁷ A consistência da carreira política de políticos veteranos de Santa Catarina é evidenciada no fato de que, após a Revolução de 1930, diversos membros da elite política do estado permaneceram eleitoralmente ativos. Nos primeiros anos da Era Vargas, houve apenas uma troca de posições na cena política. Enquanto os Ramos passaram a comandar o campo da situação, os antigos integrantes do PRC, a exemplo dos membros da família Konder, se integraram ao novo grupo oposicionista (CAMPOS, 2017).

¹⁸ As atividades do Partido Socialista Paranaense não perduraram para além do ano de sua fundação. Essa agremiação não participou de disputas eleitorais. A sua breve existência denota a dificuldade de novatos se consolidarem em um quadro político estadual. Por outro lado, o surgimento dessa agremiação indica a solidez da aliança entre membros de um movimento operário regional. Contrariamente a estados como Santa Catarina, no Paraná houve uma disposição para a formação de uma agremiação que estava politicamente alinhada ao Partido Socialista do Rio de Janeiro (CASTELLUCCI, 2022). Em Santa Catarina, nos anos 1920, não houve a emergência políticos de novatos desprovidos do apoio seja dos líderes governistas, seja dos situacionistas dissidentes.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

PRC	do PRC	PRC	chapa do PRC				
4	99.988	81,1	3	1	23.156	18,9	1

Fontes: *Anais da Câmara dos Deputados* (1927); *República* (1921; 1924; 1930).

Em 1921, a eleição para a Câmara dos Deputados ocorreu no dia 20 de fevereiro. A Reação Republicana surgiu em junho de tal ano. Portanto, esse pleito aconteceu em um momento no qual ainda não havia principiado a reorganização das atividades da oposição estadual. Nessa disputa, a estratégia do PRC foi semelhante à adotada nas décadas de 1890, 1900 e 1910. Ou seja, a agremiação apresentou uma chapa de apenas três candidatos. Oficialmente, o partido ainda se mostrava favorável à destinação de uma vaga de deputado a um representante de grupo político minoritário. Contudo, nesse momento não existiam partidos de oposição em Santa Catarina. Assim, o PRC promoveu os postulantes de sua chapa oficial, ao passo que uma fração dos governistas lançou a candidatura de Eliseu Guilherme (O ESTADO, 19 fev. 1921, p. 1).

Os membros dessa fração foram os responsáveis pela criação da Junta Republicana Catarinense (JRC), a qual não se propunha a unir os oposicionistas. Extinta após o pleito de 1921, a JRC era uma organização provisória voltada a apoiar um candidato que pertencia ao campo governista desde a década de 1900. Dentre os componentes da JRC, estava o então deputado estadual Abelardo Luz (1890-1958), filho de Hercílio Luz. Nessa ocasião, os integrantes da JRC divulgaram um manifesto no qual os líderes governistas eram situados como políticos que, ao decidirem pela apresentação de chapa incompleta, teriam mostrado “o seu desprendimento na prática austera dos princípios republicanos” (REPÚBLICA, 20 jan. 1921, p. 1).

A divulgação das atividades da JRC pelo jornal *República* indica que não existia um grupo político em Santa Catarina marcado por uma postura hostil em relação à elite dirigente do estado. A imprensa situacionista promoveu os nomes cancelados pelo diretório central do PRC, assim como divulgou a candidatura de um situacionista que concorreu fora da chapa oficial e cuja eleição contribuiria para a manutenção do controle desse partido sobre as vagas da bancada catarinense na Câmara. No meio político e na imprensa, o início dos anos 1920 foi distinguido pela reiteração de uma situação que se iniciara na década de 1900. Ou seja, nos anos finais da Primeira República, o controle irrestrito do PRC sobre as instituições políticas ainda ocorria em um cenário no qual não existiam esforços permanentes de contestação ao predomínio eleitoral dessa agremiação. A imprensa e as instituições políticas eram permeadas pela presença de entusiastas desse predomínio.

Os promotores da candidatura de Eliseu Guilherme consideraram que a destinação da vaga de deputado a esse candidato era um ato de generosidade do PRC, pois demonstraria que os dirigentes da agremiação aceitavam perder uma cadeira na Câmara em nome da existência de um sistema representativo no qual os membros de grupos minoritários estariam incluídos. Nesse contexto, não houve confronto entre agremiações. A conquista de novo um mandato de deputado por Eliseu Guilherme foi não decorrente de uma competição eleitoral, mas da autorização da cúpula do PRC. Conforme informado na Tabela 4, na disputa pela vaga da minoria havia apenas um candidato. Não surgiu, pois, um nome que rivalizasse com os postulantes ligados ao situacionismo.

As dificuldades para a formação de um grupo oposicionista em Santa Catarina são também evidenciadas no resultado da eleição presidencial de 1922. Nessa ocasião, Nilo Peçanha conseguiu apoios na maioria dos municípios catarinenses. A única localidade em



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

que ele não obteve votos foi em Jaguaruna. Porém, esse candidato foi derrotado na maioria das circunscrições eleitorais do estado – venceu somente em Parati (atual Araquari), pela diferença de 66 a 19 sufrágios (REPÚBLICA, 10 mar. 1922, p. 1). Cabe salientar que, em Santa Catarina, Peçanha angariou 3.908 votos, os quais corresponderam a 24,1 % do total de sufrágios (REPÚBLICA, 1 abr. 1922, p. 3). Esse desempenho foi inferior à porcentagem nacional de sua votação, que atingiu a marca de 40,49% (PORTO, 2013).

Após essa eleição presidencial, a oposição em Santa Catarina voltou a se desmobilizar. O término desse pleito não foi sucedido pela formação de um grupo oposicionista coeso e ativo. A abstenção em processos eleitorais evidenciou que, em meados dos anos 1920, continuava muito incipiente a estruturação desse grupo. A Tabela 4 mostra que, analogamente ao pleito de 1921, em 1924 o PRC elegeu os três candidatos de sua chapa oficial e um postulante para preencher a vaga do terço. Todavia, a abertura dessa vaga não estimulou o lançamento de um candidato oposicionista. Tratava-se de um momento no qual também não surgiram candidaturas de governistas dissidentes (REPÚBLICA, 28 fev. 1924, p. 1).

Tal situação se modificou em 1927, quando Nereu Ramos fundou uma agremiação denominada Partido Liberal Catarinense (PLC). Nessa oportunidade, o PRC apresentou chapa incompleta à Câmara e não pleiteou a vaga da minoria. Por consequência, Vidal Ramos, candidato do PLC a deputado federal, conseguiu se eleger (JORNAL DO BRASIL, 19 fev. 1927, p. 8). Desse modo, a oposição de Santa Catarina era dependente da concessão da vaga do terço para auferir um pequeno espaço no Congresso Nacional. Ao mesmo tempo, o percentual de votos obtido por Vidal Ramos nessa ocasião (5%) indica que, em 1927, a oposição estadual continuava dotada de uma pequena base de apoio. O PLC, em resumo, não contrabalançou a força eleitoral do PRC. Nesse período, as agremiações oposicionistas que atuavam sob a denominação de Partido Democrático também não eram competitivas. Foi apenas no estado de São Paulo que uma agremiação homônima amealhou votos suficientes para eleger candidatos a cargos legislativos (NÓGREGA JUNIOR e RICCI, 2024).

Em Santa Catarina, o cenário de baixa adesão do eleitorado a candidaturas oposicionistas se modificou nas eleições legislativas e presidenciais de 1930, ano em que a família Ramos permanecia no comando da ação política dos adversários do PRC. Nesse contexto, os correligionários do PLC se reuniram sob a legenda da AL, a qual foi localmente dirigida por Nereu Ramos. Nessa oportunidade, tal dirigente foi o candidato da oposição catarinense à deputado federal. Ele foi eleito para esse cargo ao derrotar o governista Walmor Ribeiro. Nesse pleito, o PRC conseguiu eleger apenas três dos seus quatro candidatos (REPÚBLICA, 13 jun. 1930, p. 2).

Cumprir mencionar que a votação de Nereu Ramos foi potencializada por conta do *voto cumulativo*, o qual foi introduzido por meio da lei federal n. 1.269 de 15 de novembro de 1904 (*Lei Rosa e Silva*). Esse dispositivo permitia que o eleitor, em um estado de distrito único, com quatro representantes na Câmara, votasse por três vezes no mesmo candidato. A implementação do *voto cumulativo* foi um artifício destinado a viabilizar a eleição de postulantes pertencentes a partidos minoritários, de modo a subsidiar a consolidação de um sistema representativo marcado pela coexistência dos grupos situacionista e oposicionista (PORTO, 2002).

A eleição de Nereu Ramos consiste em uma evidência de que o *voto cumulativo* foi um benefício real aos oposicionistas de diferentes estados. Nos anos 1920, em estados



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

como São Paulo e Rio Grande do Sul, candidatos de oposição também conseguiram impor derrotas a postulantes oficiais (RIBEIRO, 2019; PRADO, 1986). Em Santa Catarina, em 1930, não havia vaga da minoria, assim como não existia uma oposição em condições de obter uma votação que posicionasse os seus candidatos entre os mais votados. No curso dos anos 1920, a oposição regional jamais obteve, ainda que circunstancialmente, uma votação capaz de impedir a eleição de candidatos governistas. Nesse estado, portanto, o *voto cumulativo* foi um artifício muito proveitoso à atividade eleitoral do partido minoritário.

De fato, esse artifício não era uma garantia de que os candidatos dos pequenos partidos seriam eleitos. A contribuição trazida por esse dispositivo precisava ser acompanhada pelo crescimento da base eleitoral da oposição. O comparativo entre os pleitos de 1927 e 1930 mostra que nesse período houve um aumento significativo do eleitorado oposicionista em Santa Catarina. Em suma, o candidato da AL catarinense foi beneficiado pela conjunção entre o crescimento do rol de apoiadores da oposição e a vigência de um dispositivo legal atinente a regras de votação.

Nesse estado, em 1930, os candidatos da AL à Câmara e ao Senado amealharam pouco menos de um quinto dos votos.¹⁹ Constatase, pois, que o último pleito eleitoral da Primeira República foi distinguido por efetiva elevação da competitividade da oposição estadual. Essa disputa também foi caracterizada pela recuperação da força política dos Ramos, os quais conferiram apoio ao movimento armado que, em outubro de 1930, levou Getúlio Vargas à Presidência da República (REPÚBLICA, 2 out. 1930, p. 1).

Considerações finais

Há três resultados deste artigo que demandam especial atenção. Primeiro, demonstrou-se que, em Santa Catarina, durante a Primeira República, o confronto entre partidos de situação e de oposição por vagas à Câmara dos Deputados foi ocorrido somente na década de 1890 e no período 1927-1930. Durante longos anos, não existiram agremiações oposicionistas em atividade no estado catarinense. O partido majoritário enfrentou adversários apenas no início do período republicano e nos anos pouco anteriores ao advento da Era Vargas.

Em um contexto de desmobilização do campo oposicionista, as rivalidades políticas em Santa Catarina surgiam no interior do situacionismo. Um dos fatores dessas rivalidades era a disputa por mandatos de deputados federal. Por consequência, não era raro que governistas não incluídos nas chapas oficiais concorressem de forma independente à Câmara. O lançamento de candidaturas avulsas não foi acompanhado pela desfiliação de situacionistas insatisfeitos com os nomes presentes nessas chapas. Essas candidaturas eram apenas uma manifestação de desacordos momentâneos entre correligionários. Nas décadas de 1900 e 1910, os governistas preteridos das chapas do PRC não se dispuseram a atuar no campo da oposição.

Segundo, trata-se de assinalar que, na Primeira República, houve apenas dois grupos de oposição em Santa Catarina. O primeiro grupo, cuja atividade eleitoral data dos anos 1890, era constituído por egressos do Partido Liberal. Esse grupo era formado por veteranos que se integraram à ordem política republicana como defensores do ideário

¹⁹ Na disputa pela vaga de senador, na qual obteve a segunda colocação, Henrique Rupp Júnior conseguiu 6.985 votos, os quais perfizeram 21% do total de sufrágios (REPÚBLICA, 8 mar. 1930, p. 1).



federalista. A dissolução desse grupo foi decorrente da absorção de seus membros pelo campo governista. Essa absorção criou um cenário político no qual, entre as décadas de 1900 e 1920, o PRC era o único partido atuante no estado. Por outro lado, o segundo grupo de oposicionistas era composto por ex-integrantes do situacionismo. Esse grupo, portanto, era formado por indivíduos que migraram para a oposição após um longo pertencimento ao PRC.

Por fim, cumpre mencionar que, no limiar dos anos 1920, surgiram iniciativas para a reorganização do campo oposicionista no estado. As eleições presidenciais de 1922 e 1930 foram eventos que promoveram uma mobilização efetiva dos oposicionistas. Nos anos finais da Primeira República, restabeleceu-se a competição partidária em Santa Catarina, bem como se observou um crescimento do eleitorado não alinhado ao PRC. Entretanto, esse restabelecimento não foi liderado por políticos emergentes. A condução da atividade eleitoral dos oponentes do PRC foi conduzida por veteranos, sobretudo os membros da família Ramos. Em Santa Catarina, a reativação do campo oposicionista não foi acompanhada por uma renovação no rol de lideranças políticas do estado. A estruturação do PLC e da AL foi coordenada por indivíduos treinados nas lides partidárias por meio de um extenso vínculo à ordem situacionista.

Referências

Fontes

A Regeneração (SC)

Anais da Câmara dos Deputados (RJ)

Gazeta de Joinville (SC)

Jornal do Brasil (RJ)

Novidades (SC)

O Dia (SC)

O Estado (SC)

O Pharol (SC)

República (SC)

Bibliografia

ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de. *Disputas oligárquicas: as práticas políticas das elites mato-grossenses (1892-1906)*. São Carlos: Ed. UFSCar, 2015.

BRASIL. *Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920*. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatística, 1920.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

_____. *Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro: Oficina de Estatística, 1898.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *A História política em Santa Catarina durante o Império*. 4 vols. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

CAMPOS, Adriano de. Oligarquias em disputa: Ramos X Konder. *Revista Santa Catarina em História*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 89-97, 2017.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong. O Partido Socialista do Brasil: sujeitos, projetos e ação político-eleitoral (1925-1926). *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 38, n. 77, p. 517-557, mai./ago. 2002.

_____. *Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República*. Tese (Doutorado em História). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008.

CITTADINO, Monique. Duplicatas, “degolas” e a verificação dos poderes: as eleições de 1900, 1915 e 1930 na Paraíba. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 75, p. 26-45, jan.-abr. 2022.

CORREIA, Carlos Humberto. *Um estado entre duas repúblicas: a Revolução de 30 e a política de Santa Catarina até 35*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1984.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A Reação Republicana e a crise política nos anos 1920. *Estudos Históricos*, n. 11, p. 9-23, 1993.

_____. *Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. *Voto e competição política na Primeira República: o caso de Minas Gerais (1889-1930)*. Curitiba: CRV, 2017.

GRANATO, Natália Cristina. O Partido Democrático Paranaense de 1927 a 1930: um estudo sobre os capitais familiares e sociais de seus dirigentes. *Revista do Núcleo de Estudos Paranaenses*, n. 1, p. 36-55, 2018.

_____. *O processo da Revolução de 30 no Paraná: atores políticos e dissidências oligárquicas*. Tese (Doutorado em Sociologia). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2021.

GOULART, Mônica Helena Harrich. *Classe dominante e jogo político na Assembleia Legislativa do Paraná (1889-1930)*. Tese (Doutorado em Sociologia). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2008.

GUIMARÃES, Manoel de Alencar. *Política do Paraná: discursos pronunciados pelo deputado Manoel de Alencar Guimarães no Congresso Legislativo do Paraná*. Curitiba: s/e, 1915.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. *Partidos e políticos em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

LÉVI-MOREIRA, Silvia. *Liberalismo e democracia na dissidência republicana paulista: estudo sobre o Partido Republicano Dissidente de São Paulo, 1901-1906*. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991.

MEIRINHO, Jali. *A República em Santa Catarina (1889-1900)*. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1979.

_____. *República e oligarquias: subsídios para a história catarinense, 1889-1930*. Florianópolis: Insular, 1997.

MORAES, Marcos Juvêncio de. *As disputas pelo palácio governamental catarinense: as oligarquias, os autoritarismos e a instrumentalização do nacionalismo*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2012.

NECKEL, Roselane. *A República em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889-1900)*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2003.

NÓBREGA JUNIOR, José Lima; RICCI, Paolo. A oposição em ação: o Partido Democrático em São Paulo. In: RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. *Os partidos estaduais na Primeira República (1899-1930)*. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2024, p. 143-163;

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de; PETRARCA, Fernanda Rios. Partidos políticos e jogos de parentela em Sergipe: do Império à República. In: RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline. *Os partidos políticos estaduais da Primeira República (1899-1930)*. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2024, p. 180-202.

PEREIRA, Robson Mendonça. *O diário íntimo de Altino Arantes (1916-1918)*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2015.

PIAZZA, Walter. *Dicionário político catarinense*. Florianópolis: ALESC, 1985.

PORTO, Walter Costa. *As eleições no Brasil: da Colônia à 6ª República*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

_____. *Dicionário do voto*. Cajamar, SP: Lexikon, 2013.

PRADO, Maria Coelho. *A democracia ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo (1926-1934)*. São Paulo: Ática, 1986.

RIBEIRO, Paula Vanessa Paz. *“A terceira estrela da federação”: a bancada gaúcha no contexto político eleitoral dos anos 1920 a 1924*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

ROUSTON JUNIOR, Eduardo. *O Partido Federalista na Primeira República brasileira: imprensa e discursos parlamentares*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2016.

SÁ PINTO, Surama Conde. *A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica na Primeira República*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. *De líderes históricos a opositores: as dissidências republicanas e o jogo político regional (Rio Grande do Sul, 1890-1907)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

SÊGA, Rafael Augustus. *Tempos belicosos: a Revolução Federalista no Paraná e a rearticulação da vida político-administrativa do Estado (1889-1907)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.

SOUZA, Felipe Azevedo e. A dissimulada arte de produzir exclusões: as reformas que encolheram o eleitorado brasileiro (1881-1930). *Revista de História*, São Paulo, n. 179, p. 1-35, 2020.

VERAS, Laurene. Monumento e Memória em Desterro: das políticas do esquecimento à paródia. *Revista Ideias*, Santa Maria, v. 27, p. 1-11, 2011.

VERNALHA, Milton Miró. *Maragatos X Pica-paus*. Curitiba: Lítero-Técnica, 1987.

VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. *“Unidos perderemos”: a construção do federalismo republicano no Brasil*. Curitiba: CRV, 2017.

WITTER, José Sebastião. *República, política e partido*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

ZULINI, Jaqueline Porto. *Modos do bom governo na Primeira República brasileira: o papel no Parlamento no regime de 1889-1930*. Tese (Doutorado em Ciência Política). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.

Apêndice

Metadados de jornais catarinenses publicados durante a Primeira República

Periódico	Local de publicação	Período de circulação	Filiação política	Observações
<i>A Regeneração</i>	Florianópolis	1868-1889	Partido Liberal	Trata-se de uma fonte cuja consulta foi operacional para a obtenção de informações referentes à atividade política que futuros expoentes do jogo eleitoral catarinense desenvolveram durante o Segundo Reinado.
<i>Gazeta de Joinville</i>	Joinville	1909-1910	Independente	Esse periódico não se reconhecia formalmente ligado a um grupo político. O seu intuito não era estimular a reorganização da oposição estadual. Porém, ele tecia críticas a



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

				personagens da ordem governista. A consulta a esse jornal possibilitou o acesso d informações de bastidores políticos, notadamente a vida interna da agremiação majoritária de Santa Catarina.
<i>Novidades</i>	Itajaí	1904-1909	Partido Republicano Catarinense	Jornal dedicado à divulgação de notícias locais. Nota-se nesse periódico uma adesão a personagens do grupo situacionista. O caráter local das informações veiculadas nesse periódico permitiu um conhecimento mais consistente sobre a competição política na esfera municipal.
<i>O Dia</i>	Florianópolis	1901-1918	Partido Republicano Catarinense	Tratava-se de um periódico de orientação governista. A relevância dessa fonte consiste na profusão de informações sobre a vida interna do PRC e, particularmente, sobre os dissídios internos a essa agremiação.
<i>O Estado</i>	Florianópolis	1892-1902	Partido Republicano Federalista	Era o órgão oficial do PRF. Esse jornal foi, portanto, o principal veículo de oposição ao PRC nos anos 1890 e no limiar dos anos 1900. A importância dessa fonte reside no conjunto de informações sobre a estrutura interna e a ação eleitoral dos oposicionistas catarinenses no período anterior à fusão partidária.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

<i>O Pharol</i>	Itajaí	1904-1936	Partido Republicano Catarinense	Foi um jornal governista. A sua importância decorre da publicação de informações alusivas à dinâmica eleitoral de um município do interior catarinense. Por meio desse periódico, foi possível reconhecer a natureza das estratégias eleitorais dos grupos adversários existentes no interior do PRC.
<i>República</i>	Florianópolis	1889-1937	Partido Republicano Catarinense	Foi o periódico governista mais longo de Santa Catarina no contexto da Primeira República. A relevância dessa fonte consiste nas informações sobre as atividades do diretório central do PRC, as movimentações políticas das alas rivais desse partido e os resultados eleitorais discriminados por município.

Notas de autoria

Sandro Aramis Richter Gomes é doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), instituição na qual também obteve o mestrado e a graduação em História. Realizou estágio de pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, de 2018 a 2023. Atua como professor da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED). E-mail: argomes8@gmail.com

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

GOMES, Sandro Aramis Richter. Competição entre governistas e ressurgimento da oposição em Santa Catarina no contexto da Primeira República: uma análise a partir das eleições para a Câmara dos Deputados (1890-1930). *Sæculum – Revista de História*, v. 31, [p. 01-29], 2026.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

Não se aplica

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 05/03/2025

Reapresentado em 12/03/2026

Aceito em 29/06/2026



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](#)